

COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 18.738.697/0001-68

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Balanças Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	281	1.991	399	2.122
Contas a receber	5	28.983	30.253	33.611	34.798
Partes relacionadas	6	15.000	60.920	15.000	60.920
Estoques		6.198	2.654	6.388	2.849
Despesas antecipadas		704	1.958	704	1.958
Impostos a recuperar		204	2.158	331	2.301
Outros ativos		4.399	2.129	4.490	2.190
Total do ativo circulante		55.769	102.063	60.923	107.138
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	492	25	492	25
Partes relacionadas	6	331.396	284.947	344.589	302.043
Depósitos e valores vinculados		1.284	455	1.302	471
Despesas antecipadas		183	1.470	183	1.470
Títulos a receber	20	2.278	-	2.278	-
Outros ativos		95	78	108	91
Investimentos	7	2.420	2.253	-	-
Imobilizado	8	1.554	1.537	2.228	2.669
Intangível		-	3	-	3
Total ativo não circulante		339.702	290.768	351.180	306.772
Total do ativo		395.471	392.831	412.103	413.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Outras Reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	301.105	198	(18.960)	282.343	
Prejuízo do exercício	-	-	(12.814)	(12.814)	
Outros resultados abrangentes	-	(2.527)	-	(2.527)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13 301.105	(2.329)	(31.774)	267.002	
Lucro do exercício	-	-	4.848	4.848	
Outros resultados abrangentes	-	2.723	-	2.723	
Total do resultado abrangente do exercício	-	2.723	4.848	7.571	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13 301.105	394	(26.926)	274.573	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: A COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como acionistas a Construtora COESA S.A. e a COESA Participações e Engenharia S.A. ("COESA P&E") (nota 1.2 e 1.3) e tem como objeto social a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada; inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral; compra e venda de imóveis próprios; locação de bens móveis; serviços de dragagem e transporte; navegação marítima; fluvial e lacustre; manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior. **1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA:** Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. **1.2. Reestruturação societária Grupo COESA (atual denominação do Grupo OAS):** Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) ("Metha") com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou as ações da Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua entidade subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA P&E"). Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na sua entidade controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e direitos: i) Investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman). ii) Créditos e débitos de conta corrente *intercompany*. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. Em 02 de julho de 2021, o FIP ZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a Companhia. **1.3. Entidades da Companhia:** A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Entidades Controlada	País	Participação direta no capital social	
		2021	2020
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Portugal ("COESA E&C Portugal")	Portugal	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Argentina ("COESA E&C Argentina")	Argentina	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Peru ("COESA E&C Peru")	Peru	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Costa Rica ("COESA E&C Costa Rica")	Costa Rica	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Panamá ("COESA E&C Panamá")	Panamá	100,00%	100,00%
OAS Engineering Namíbia ("OAS E&C Namíbia")	Namíbia	100,00%	100,00%

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as normas internacionais. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 20 de abril de 2022 e consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que são utilizadas pela Administração, para tomada de decisão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e do exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da companhia e suas controladas é o real e todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais (moeda de apresentação), exceto quando indicado de outro modo. "As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais". A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real e todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** a) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: 1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contêm exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	21	11.903	20.539	14.872	22.485
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	1.969	2.022
Salários, provisões e contribuições sociais	9	4.591	8.768	5.559	9.775
Tributos e contribuições a recolher	10	2.953	5.707	4.512	7.307
Parcelamento de tributos	12	3.779	3.141	3.779	3.141
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	176	7	183	
Seguros	12	1.394	12	1.394	
Outros passivos		1.822	6.381	3.804	8.406
Total do passivo circulante		25.060	46.106	34.514	54.713
Passivo não circulante					
Fornecedores	21	1.737	-	1.737	-
Tributos e contribuições a recolher	10	2.085	3.806	2.085	3.806
Parcelamento de tributos	12	16.562	10.397	16.562	10.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	4.815	712	4.815	712
Partes relacionadas	6	7.985	50.000	28.033	74.640
Receita diferida		1.519	2.182	1.519	2.182
Provisão para perdas em investimentos	7	12.870	12.168	-	-
Títulos a pagar	20	47.678	-	47.678	-
Provisões para contingências	18	587	458	587	458
Total do passivo não circulante		95.838	79.723	103.016	92.195
Patrimônio líquido					
Capital social	13	301.105	301.105	301.105	301.105
Outras reservas		394	(2.329)	394	(2.329)
Reservas de lucros		(26.926)	(31.774)	(26.926)	(31.774)
Total do patrimônio líquido		274.573	267.002	274.573	267.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		395.471	392.831	412.103	413.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

saldo em aberto. 2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contêm pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: 1. A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. 2. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. d) **Investimentos e base de consolidação:** d.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades controladas são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. d.2) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes: Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, classificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). d.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures*: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	14	90.423	68.636	90.423	68.636
Custos dos serviços prestados	15	(90.067)	(64.169)	(90.067)	(64.169)
Lucro bruto		356	4.467	356	4.467
Despesas gerais e administrativas	15	(6.010)	(7.617)	(7.147)	(9.602)
Outras receitas (despesas) - líquidas	15	(5.271)	1.004	(5.271)	2.241
Receitas (despesas) operacionais		(11.281)	(6.613)	(12.418)	(7.361)
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(10.925)	(2.146)	(12.062)	(2.894)
Resultado de equivalência patrimonial	7	122	68	-	-
Provisão para perdas em investimentos	7	(1.545)	(1.417)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(12.348)	(3.495)	(12.062)	(2.894)
Receitas financeiras		29.080	179	29.486	412
Despesas financeiras		(7.781)	(6.243)	(8.473)	(7.076)
Resultado financeiro	16	21.299	(6.064)	21.013	(6.664)
Prejuízo antes dos impostos		8.951	(9.559)	8.951	(9.558)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	-	(1)
Correntes		-	-	-	(1)
Diferidos		(4.103)	(3.255)	(4.103)	(3.255)
Lucro (prejuízo) do exercício		4.848	(12.814)	4.848	(12.814)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) do exercício		4.848	(12.814)	4.848	(12.814)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Perda na conversão das operações com controladas no exterior		1.835	(494)	1.835	(494)
Perda na conversão com investimentos no exterior		888	(2.033)	888	(2.033)
Total do resultado abrangente do exercício		7.571	(15.341)	7.571	(15.341)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos		8.951	(9.559)	8.951	(9.558)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	7	(122)	(68)	-	-
Depreciações e amortizações	15	36	163	434	601
Provisão (Reversão) para perda em investimentos	7	1.545	1.417	-	-
Ganho (perda) na venda de imobilizado	15	(12)	38	(12)	46
Juros sobre aplicações financeiras		-	(8)	38	1.404
Provisões para contingências	18	129	(638)	129	(638)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	15	427	1.697	427	1.697
Ajuste a valor justo		(28.828)	-	(28.828)	-
Outros		61	-	61	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais					
Contas a receber		803	(16.455)	775	(14.774)
Impostos a recuperar		1.778	(1.726)	1.769	(1.722)
Depósitos e valores vinculados		(846)	15		

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da COESA Construção e Montagens S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita de contratos de construção, que é substancialmente composta por obras de infraestrutura, é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e aprovados pelo cliente em relação ao total dos custos orçados de cada contrato (método de porcentagem de conclusão - POC). Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado e aprovado pelo cliente com a finalidade de apurar a receita contábil. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Caso os valores recebidos de clientes sejam inferiores às receitas apropriadas, a diferença é registrada na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Como a Companhia já adotava os princípios do CPC 47/IFRS 15 em suas demonstrações financeiras, não houve mudanças na mensuração de suas receitas (receitas de contratos de construção e receita de vendas) para as obrigações de performance identificadas. j) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: **3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: a.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos: O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. a.2) Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.2. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente:** **Definição de um negócio (alteração a IFRS3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorrerem em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.3. Novas normas que ainda não estão em vigor: Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia não aplicará apenas na data de sua adoção inicial. **Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16

7. Investimentos:

	Saldos em 31/12/20		Movimentação		Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Integralização	Provisão para perda	Ajuste de avaliação patrimonial	Provisão para perda
Participações						
Sucursal Portugal - COESA E&C	-	(2.170)	-	-	1.112	-
Sucursal Peru - COESA E&C	-	(2.394)	-	-	99	(1.281)
Sucursal Costa Rica - COESA E&C	2.253	-	-	122	45	(3.442)
Sucursal Panamá - COESA E&C	-	(6.393)	-	-	(374)	-
Namíbia	-	(1.211)	-	-	6	(6.783)
KPE	-	-	1.000	-	-	-
Total	2.253	(12.168)	1.000	122	888	(12.870)

8. Imobilizado:

	2021		2020		Taxas de depreciação % a.a.
	Custo acumulado	Saldo líquido	Custo acumulado	Saldo líquido	
Máquinas e equipamentos	1.712	(420)	1.292	1.096	10
Móveis e utensílios	58	(6)	52	58	10
Hardware	-	-	-	8	20
Veículos	1.816	(1.802)	14	32	20
Outros	223	(27)	196	343	-
Total	3.809	(2.255)	1.554	1.537	-

9. Salários, provisões e contribuições sociais:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	1.681	1.407	2.649	2.414
FGTS	406	502	406	502
Provisão de férias	603	839	603	839
Outros encargos	1.901	6.020	1.901	6.020
Total	4.591	8.768	5.559	9.775

10. Tributos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS	375	3.039	375	3.039
COFINS	2.307	2.540	2.307	2.540
ISS	781	1.060	781	1.060
INSS	1.351	2.606	1.786	3.046
IRRF	152	209	850	997
Outros	72	59	498	431
Total	5.038	9.513	6.597	11.113
Circulante	2.953	5.707	4.512	7.307
Não circulante	2.085	3.806	2.085	3.806
Total	5.038	9.513	6.597	11.113

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	1.537	1.196	2.669	2.500
Adições	158	557	158	579
Baixas, líquidas de depreciação	(107)	(53)	(106)	(65)
Depreciação	(34)	(163)	(433)	(601)
Variação cambial	-	-	(60)	256
Transferência para disponível para venda	-	-	-	-
Saldo final	1.554	1.537	2.228	2.669

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

11. Empréstimos e financiamentos:

	Encargos financeiros		Ano de vencimento		Consolidado	
	Moeda	financeiros	anuais	2021	2020	2020
Financiamentos						
Conta garantida	Soles	6,00%	2021	1.969	2.022	
Total				1.969	2.022	
Passivo circulante				-	-	
Passivo não circulante				-	-	
Total				1.969	2.022	

12. Parcelamento de tributos: A Companhia nos exercícios de 2021 e 2020, aderiu a parcelamentos de tributos federais, conforme demonstrado abaixo:

Tributo	Principal		Multas		Juros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PIS	16	1	1	1	18			
COFINS	76	2	2	80				
CPRB	10.597	3.503	863	14.963				
IRRF	182	5	5	192				
CSRF	30	1	1	32				
Outros	594	119	22	735				
Total	11.495	3.631	894	16.200				

Saldo em 31 de dezembro de 2018: 3.386
Tributos parcelados no exercício de 2019: 3.834
Atualização selic: 341
Pagamentos: (1.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2019: 6.417
Passivo circulante: 1.790
Passivo não circulante: 4.627
Tributos parcelados no exercício de 2020: 12.377
Atualização selic: 236
Pagamentos: (5.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2020: 13.538
Passivo circulante: 3.141
Passivo não circulante: 10.397
Tributos parcelados no exercício de 2021: 6.117
Atualização selic: 3.766
Pagamentos: (3.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2021: 20.341
Passivo circulante: 3.779
Passivo não circulante: 16.562

13. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 301.104.784 (trezentos e um milhões, cento e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro) ações de valor nominal R\$ 1,00 (hum real) cada. A Companhia foi constituída em 8 de agosto de 2013 com capital social subscrito e integralizado pela única acionista em R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. Em 1º de dezembro de 2014, a administração aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 301.105, mediante a emissão de 301.104.684 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), as quais

foram subscritas e integralizadas pela acionista Metha. Em 28 de fevereiro de 2021, a Metha aportou 140.405.813 ações da Companhia na COESA P&E, correspondente a 46,63% do capital social integralizado, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa terceira. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia, sendo 160.698.971 ações correspondente a 53,37% do capital social integralizado. Distribuição de lucros: A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social: (i) 5% (cinco por cento) será destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; (ii) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (iii) constituição de reservas de lucro a realizar, se for o caso, na forma prevista na legislação; (iv) pagamento de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas nos itens "i", "ii" e "iii" e o saldo restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral.

14. Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta	97.047	73.440	97.047	73.440
Impostos incidentes sobre a receita	(6.624)	(4.804)	(6.624)	(4.804)
Receita líquida	90.423	68.636	90.423	68.636

15. Demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gastos com pessoal e terceiros	(58.640)	(41.422)	(59.272)	(42.596)
Gastos gerais	(7.889)	(5.955)	(7.994)	(6.169)
Aluguéis	(8.427)	(5.186)	(8.427)	(5.321)
Utilidades e serviços	(828)	(508)	(828)	(511)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(578)	(1.762)	(578)	(1.762)
Participações de empregados	(61)	-	(61)	-
Materiais de consumo e aplicação	(18.555)	(13.120)	(18.555)	(13.120)
Custo de mercadoria vendida	(133)	(117)	(133)	(117)
Depreciação e amortização	(36)	(163)	(434)	(601)
Viagens e representações	(325)	(159)	(328)	(176)
Impostos e taxas	(921)	(972)	(921)	(972)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	(427)	(1.697)	(427)	(1.697)
Ganho (perda) na venda de imobilizado	12	(38)	12	(46)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.540)	317	(4.539)	1.558
Total	(101.348)	(70.782)	(102.485)	(71.530)
Custos dos serviços prestados	(90.677)	(64.169)	(90.677)	(64.169)
Despesas gerais e administrativas	(6.010)	(7.617)	(7.147)	(9.602)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.271)	1.004	(5.271)	2.241
Total	(101.348)	(70.782)	(102.485)	(71.530)

16. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos ou auferidos:				
Sobre títulos a receber	68	67	347	339
Sobre consórcios	-	8	-	8
Descontos obtidos	184	104	184	65
Ajuste a valor justo - Fornecedores PRJ	28.828	-	28.828	-
Subtotal	29.080	179	29.486	412
Despesas financeiras				
Juros pagos ou provisionados:				
Sobre fornecedores	(2.746)	(558)	(2.746)	(576)
Sobre obrigações fiscais e sociais	(3.766)	(5.340)	(3.766)	(5.340)
Sobre empréstimos e financiamentos	(923)	(79)	(923)	(893)
Despesas bancárias	(28)	(89)	(35)	(90)
Fianças bancárias	(240)	(173)	(240)	(173)
IOF	(1)	(4)	(1)	(4)
Subtotal	(7.781)	(6.243)	(8.473)	(7.076)
Total	21.299	(6.064)	21.013	(6.664)

17. Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	8.951	(9.559)	8.951	(9.558)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.043)	3.250	(3.043)	3.250
Ajuste no lucro (prejuízo) que afetam o resultado do período:				
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(1)	(2)	(1)	(2)
Equivalência patrimonial	-	23	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(525)	(482)	-	-
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	-	-	(525)	(482)
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	42	-	-	-
Outros	271	-	271	-
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	-	-	42	23
(-) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	524	(7.166)	524	(7.167)
(-) Provisão para não realização de IR e CSL	(1.371)	1.122	(1.371)	1.122
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.103)	(3.255)	(4.103)	(3.256)
Total	4.848	(9.437)	4.848	(9.437)

Ativos

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Metha S.A.	-	319.736	-	319.736
COESA E&C Portugal	3.523	847	-	-
COESA E&C Namíbia	529	382	-	-
Sucursal Panamá - OAS E&C	98	92	-	-
OAS Soluções Ambientais	-	2.548	-	2.548
OAS Investimentos	-	17.319	-	17.319
Construtora COESA S.A.	6.578	4.943	6.592	4.958
EPASA	-	-	4.667	4.794
COESA Participações e Engenharia	335.668	-	335.668	-
Construtora COESA - Sucursal Peru	-	-	9.211	10.995
OAS Investments GMBH	-	-	-	63
Outros	-	-	2.802	2.550
Total	346.396	345.867	358.940	362.963
Circulante	15.000	60.920	15.000	60.920
Não circulante	331.396	284.947	344.589	302.043
Total	346.396	345.867	358.940	362.963

Passivo

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Construtora COESA S.A.	-	-	1.129	1.048
COESA Engenharia Ltda.	2.152	-	2.152	-
OAS Energy GmbH	-	-	225	

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da COESA Construção e Montagens S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Ativo não circulante									
OAS Soluções Ambientais	1.217	–	1.217	–	Créditos de fornecedores sujeitos ao Plano (Nota 1.1)	30.565	–	30.565	–
KPE Performance em Engenharia	1.061	–	1.061	–	(-) Ajuste a valor presente	(28.828)	–	(28.828)	–
Total	2.278	–	2.278	–	Subtotal	1.737	–	1.737	–
					Demais créditos	11.903	20.539	14.223	22.485
					Total	13.640	20.539	15.960	22.485
					Circulante	11.903	20.539	14.223	22.485
					Não circulante	1.737	–	1.737	–
					Total	13.640	20.539	15.960	22.485
Passivo não circulante									
Metha S.A.	47.678	–	47.678	–	Ajuste a valor presente - Créditos de fornecedores: Com o deferimento do Plano, em 22 de outubro de 2021, os créditos dos fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que a Companhia registrou a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 38 - Instrumentos Financeiros. Em				
Total	47.678	–	47.678	–					

21. Fornecedores: Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano nas classes de (Nota 1.1), conforme demonstrado a seguir:

A Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial**. São Paulo - SP **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Estoques:** A Companhia possui registrado na rubrica "Estoques", no ativo circulante, o montante de R\$ 6.198 e R\$ 6.388, individual e consolidado, respectivamente, o qual não pôde ser validado, pela ausência de controles individualizados que demonstrassem a movimentação dos itens entre a datas do inventário físico e do fechamento contábil. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação das quantidades e, consequentemente, do saldo e custos dos estoques, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Recuperação Judicial:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA (em conjunto doravante denominadas "empresas em recuperação"), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda.. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. A continuidade operacional depende do sucesso do plano de recuperação judicial que está em pauta de aprovação, além da reestruturação das operações e obtenção de recursos adicionais. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza rele-

vante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfases: Realização do saldo de partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta na rubrica "Partes relacionadas", no ativo, os montantes de R\$ 346.396 e R\$ 359.589, individual e consolidado, respectivamente, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias por meio de sua controladora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial, e da transferência de outros ativos do Grupo COESA, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Contingências:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a administração divulga informações relativas à notificação administrativa do Processo de nº 10314.720.152/2019-61, decorrente da cobrança de crédito tributário a título de Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"), supostamente devido em decorrência de remessas de recursos para empresas ligadas pertencentes ao Grupo OAS nos anos-calendário de 2015, 2016 e 2017 no montante de R\$ 28.377. A Companhia não espera incorrer em perdas relacionadas a esse processo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Investimentos:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 às demonstrações contábeis individuais, a Companhia possui registrado na rubrica "Investimentos", o montante de R\$ 2.420 e R\$ 12.870, ativo e passivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021. No entanto, até a presente data, não recebemos a totalidade das conciliações, motivo pelo qual não tivemos como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, individuais, sobre o montante. **Outros assuntos: Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório com ressalva de opinião em 07 de maio de 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

31 de dezembro de 2021 o referido ajuste a valor presente na Companhia monta o valor de R\$ 28.828 reconhecido em contrapartida ao resultado financeiro (Nota 16). **22. Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía coberturas de seguros contra riscos de responsabilidade civil no montante de R\$ 10.000. O seguro contra riscos nomeados e operacionais visa cobrir danos materiais e/ou reembolso dos prejuízos que possa ocorrer em consequência dos riscos na realização das atividades objeto da concessão e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir perdas e danos devidos a terceiros e relacionados com a responsabilidade civil decorrente dos seus negócios. **23. COVID-19:** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. **24. Eventos subsequentes:** Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

Contador: William Cardillo de Almeida - CRC 305965/O-9

Consolidadas

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 21 de abril de 2022



Senso Auditores Independentes
CRC nº 2SP 005977/O-9 - CVM nº 7307

Guilherme Rocha Castro Soares
CRC nº 1SP 290.834/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>